



*Cristina Pires*  
\$

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

**ATA NÚMERO CATORZE**

**----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: ---

**----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Um Ponto Um) Leitura resumida do expediente. -----**

**----- Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e votação da ata da sessão de 25 de abril de dois mil e vinte e três. -----**

**----- Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções. -----**

**----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal e situação financeira do Município.**

**----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Alteração n.º 11 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 2; Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 3; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 3 e Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal n.º 2 para o ano financeiro de 2023; -----**

**----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação da Alteração n.º 12 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 4 e Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 4 para o ano financeiro de 2023; -----**

**----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação da Consolidação de Contas 2022; -----**

*António* \$

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação para atribuição das Despesas de Representação aos Chefes de Divisão Municipal de 2º grau; -

----- Ponto Dois Ponto Sels) - Apreciação e votação do relatório sobre o estado de ordenamento do território; -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação do relatório de avaliação – conjunto de prédios urbanos sitos na Avenida Carvalho Araújo, em Vila Real, propriedade do Município e aprovação de venda em hasta pública; -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) - PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Sérgio Augusto Pires, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, João Manuel Alves Padrão, Gracinda Cordeiro Rodrigues, Manuel Fernandes de Oliveira, José Amadeu Vara Rodrigues, Manuel João Ratão Português, Ana Rita Braz Lopes, Maria José Afonso Fernandes, Jorge Nuno Rodrigues L. Alves do Rosário, Maria Bernardete Miranda da Veiga, Manuel João Brás, Luís Filipe Pires João, António Emílio Dias, Carla Oliveira dos Santos Amado, José Manuel Alves Miranda, Olga Isabel Salazar Fernandes, António Eduardo Cruz Izeda, Joana Filipa Carvalho Pires, Jorge Miguel Tomé Gonçalves, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, Licínio Ramos Martins e Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins, o Sr. Vice-Presidente António dos Santos João Vaz, e os senhores vereadores Carina Machado Lopes, Manuel Pascoal Lopes Padrão e Debora Fernandes Alves. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Temos, da Câmara Municipal, um pedido para introduzir um assunto na ordem de trabalhos, que é a Alteração número 13, Alteração Modificativa ao Orçamento da

 *Diast. Dias*

Despesa número 5 e Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos número 5.” -----

----- Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade introduzir o ponto.” --

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora secretária foi dado a conhecer a correspondência recebida.

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e Votação da ata da sessão de 25 de abril de dois mil e vinte e três.** -----

----- Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor Deputado Manuel Fernandes de Oliveira. Disse:” Vinha aqui, mais uma vez, dar os parabéns à Junta de Freguesia de Santulhão e à Câmara Municipal pela ajuda que deu para a primeira “Feira do Azeite e da Oliveira Santulhana”. Estão de parabéns, esteve uma organização muito bem conseguida, bastante diversão, é de louvar e de continuar. Dar também os parabéns à Câmara Municipal pelo evento que fez com a Banda Filarmónica da Força Aérea, que deu um excelente espetáculo. Eu vim ver e gostei. Foi pena que o povo de Vimioso não ter aparecido mais, porque foi um espetáculo de ver. Nestes eventos a gente havia de participar mais.” -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente a esta intervenção, também felicitar a Junta de Freguesia de Santulhão pela iniciativa da “Feira do Azeite e da Oliveira Santulhana” e as atividades inerentes. Esperemos que, para o próximo ano, corra ainda melhor e que o espaço já esteja com outra apresentação, é para isso que estamos a trabalhar. Relativamente ao concerto da Força Aérea, como sabem estão a decorrer as comemorações do aniversário da Força Aérea, no Distrito de Bragança, e, portanto, fui contactado pelo Presidente da Câmara, Dr. Hernâni Dias, que a Força Aérea se teria disponibilizado, e até teria interesse, em poder apresentar um espetáculo musical da autoria da sua Banda nos concelhos. Disseram que estavam disponíveis no dia 26, eu até estava de férias, não estive presente. Acolhemo-los e a despesa que tivemos foi o fornecimento do jantar aos elementos que constituem a Banda da Força Aérea. Vamos continuar a fazer eventos e esperar que as pessoas participem cada vez mais, mas isso depende da vontade de cada um.” -----

*Distúrias*

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal e Situação Financeira do Município.

----- Todos os membros estavam na posse da informação escrita. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da Alteração n.º 11 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 2; Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 3; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 3 e Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal n.º 2 para o ano financeiro de 2023. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Este ponto, alteração número 11, traz alterações modificativas ao Orçamento da Receita e também da Despesa e ao PPI e PAM. Decorre basicamente do seguinte: vimos, felizmente, uma candidatura aprovada ao PRR, que tem a ver com as residências autónomas de inclusão para pessoas com deficiência. São 6 residências, cada uma com capacidade para 5 utentes, portanto 30 utentes no total, para se localizar na localidade de Carção, no terreno onde está implantada a antiga escola primária. O projeto está praticamente concluído. Penso que, na próxima semana, a equipa projetista dar-nos-á o projeto concluído para podermos lançar rapidamente a empreitada. Nesse sentido, uma vez que não constava do PAM, nem do Orçamento da Receita e da Despesa, foi necessário incluir esta alteração que diz respeito à introdução desta rubrica, residências de autonomização e inclusão. Fomos retirar algum dinheiro a outras rubricas. Temos 439.016,67 euros para o ano de 2023, sendo que para o ano 2024, obviamente que a obra não terminava em 2023, está o restante que são os 689.883,33 euros. O valor da candidatura é 1.650.000,00 euros. A candidatura não paga o IVA que andarà à volta de 24.850,00 euros para 2023 e 39.049,00 euros para 2024, mas a informação que temos do coordenador do PRR, é que esse IVA, mais tarde, a Câmara pode vir a recuperá-lo. Neste momento tem que estar em plano para lançar o concurso. Temos que lançar o concurso e o cabimento tem que ser feito com o IVA. Neste caso, tratando-se de empreitada, é a 6%.” -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – **Apreciação e votação da Alteração n.º 12 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 4 e Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 4 para o ano financeiro de 2023.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Neste ponto, temos uma alteração ao PPI que também traz alterações no Orçamento da Despesa. Aqui não há introdução de dinheiro, é passar de umas rubricas para outras. Criamos a rubrica da prestação de serviços da exploração das Termas da Terronha de Vimioso. O contrato termina em setembro, temos que abrir concurso para a aquisição dos serviços, serviços de enfermagem, fisioterapeutas, massagistas e medicina, exatamente como o que existe hoje. Criamos uma outra rubrica que é infraestruturas básicas para o balneário termal. Tem a ver com a possibilidade de levarmos o gás natural desde Vimioso para as Termas. Como sabem, temos lá um depósito e fazemos concurso para abastecimento do gás porque temos que aquecer a água, o que ainda é uma verba significativa. Se conseguirmos levar para lá o gás natural, em 3 ou 4 anos pagamos o investimento que se fizer. O que acontece é que a empresa do gás aceita pôr o gás, põem tudo, mas toda a obra de abertura e tapagem de vala tem que ficar a cargo da Câmara Municipal. Queremos, também, na vala do gás natural, meter uma conduta de água, porque neste momento a água que não é sulfurosa está a ser bombeada da ETA para as termas. Se fizermos isso deixamos de ter esse custo. Como estamos a trabalhar num eventual projeto turístico, para os terrenos próximos das termas, se viermos a ter privados que queiram investir ali, ficam já com a infraestrutura do gás e da água, já têm a da luz e da fibra, poderá ser mais apetecível a um privado investir. Está, também, em outra rubrica, conservação de pavimento betuminosos no concelho. É muito difícil arranjar empresas que queiram fazer isto, mas temos algumas fugas no concelho e em Vimioso que queríamos tapar. Vamos lançar concurso a ver se há empresas que concorrem, mas, geralmente, quando é para fazer estes trabalhos de “biscatos” nenhuma empresa está disponível para fazer este trabalho e, quando há, é muito caro. Se conseguirmos muito bem, se não conseguirmos, terá que ser com os nossos funcionários, comprar o material e aplicarmo-lo.” -----

*Costa*  
*Costa*

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

**----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação da Consolidação de Contas 2022. -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se de um documento técnico da consolidação de contas. Não temos nenhuma influência dominante em nenhuma das entidades a que pertencemos e são várias, como podem ver nesse relatório. Pertencemos à Resíduos, à Associação de Municípios da Terra Fria, à CIM, à Associação Aqua-Valor, à Associação das Termas de Portugal, pertencemos a várias associações ou entidades, mas, em nenhuma delas, como disse, temos influência dominante, no entanto, pertencemos a uma empresa local, que é a Resíduos do Nordeste. Apesar de termos uma quota diminuta, mil e quinhentos e poucos euros, somos o Município mais pequeno e, portanto, o que temos menos quota. Tendo uma participação, ainda que pequena, temos que legalmente consolidar as contas com a Resíduos do Nordeste. O método de consolidação, que podem ver na página oito, é o método da equivalência patrimonial. Se repararem também no parecer dos Revisores Oficiais de Contas, não apontam qualquer reserva e, são da opinião e escrevem-no, que foram cumpridos todos os normativos legais. Como a Resíduos que felizmente é uma referência a nível nacional, embora de direito privado, mas detida totalmente por capital público e como não tem dívidas não prejudica a Câmara Municipal, porque se tivesse dívidas, na nossa quota-parte também teríamos dívida nessa empresa. Felizmente não tem. Isto é apenas uma questão técnica que a divisão financeira, ainda hoje, vai enviar para o Tribunal de Contas”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

**----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação para atribuição das Despesas de Representação aos Chefes de Divisão Municipal de 2º grau. -**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Este assunto esteve na Assembleia em 2018, mas o ponto foi retirado da ordem de trabalhos porque havia algumas dúvidas relativamente aos chefes de divisão de 3º grau.

*Christina*

Dizer que, antes do chamado “período da Troica”, 2011/2012, os chefes de divisão recebiam despesas de representação. Quando entramos no período crítico do ajustamento financeiro, o Governo decretou finalizar as despesas de representação, como decretou aos políticos um corte de 5% no salário, desde 2010. A partir de 2017/2018, com o fim do período da Troica, voltou a abrir-se a possibilidade dos chefes de divisão receberem o subsídio de representação, que é de elementar justiça. Todas as Câmaras que contactei, todos os chefes de divisão estão a receber. Se acabaram com os cortes devia ser repostos. Nós, aqui, nunca remuneramos as despesas de representação. O que a Lei diz é que tem que ser por proposta da Câmara, só para os de 2º grau, e aprovado em Assembleia Municipal esta atribuição das despesas de representação”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

**----- Ponto Dois Ponto Sels) – Apreciação e votação do relatório sobre o estado de ordenamento do território. -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Determina a Lei que, quando o PDM entra em vigor, temos que, periodicamente, fazer esta avaliação do estado do ordenamento do território. Referir que esteve presente em reunião de Câmara, procedeu-se, nos termos da Lei, ao processo de discussão pública, durante o qual não houve qualquer aporte ou referência ou contributo para esta discussão pública. Se leram com atenção, temos aspetos positivos e aspetos negativos. Claro que o aspeto mais negativo é o envelhecimento da população e a diminuição da população, mas há também alguns aspetos positivos que estamos a resolver. Dizer que, neste momento, estamos no processo de alteração ao próprio PDM, uma obrigação legal, e dizer-lhes que tenho manifestado a minha discordância relativamente a isto, porque as imposições que a Lei nos põe são cada vez mais para restringir a utilização do território. O que vem dizer esta alteração é que ou a zona urbana está infraestruturada ou não pode ser considerada zona urbana. Isto aplicar-se a grandes cidades, onde há uma grande pressão urbanística, faz todo o sentido, aplicar-se ao nosso território não faz sentido. Conseguimos que a CCDR em vez de fazer uma revisão, fizesse só uma alteração. Este é um relatório que é de elaboração obrigatória

*Dist. Alves*

que é para irmos monitorizando a aplicação do PDM. Fala em várias vertentes, é um documento importante para vermos a situação do concelho". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria. Com os votos contra das Senhoras deputadas, Carla Oliveira dos Santos Amado e Maria José Afonso Fernandes. Absteve-se o senhor Deputado José Amadeu Vara Rodrigues e João Manuel Alves Padrão. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado João Manuel Alves Padrão, para fazer uma declaração de voto. Disse: "Neste ponto tive que me abster, porque tendo em conta a dimensão do documento em causa, e também os outros documentos que foram enviados para análise desta Assembleia, o prazo em que foram enviados foi bastante curto para poder analisar em pormenor. Peço que para a próxima, quando sejam documentos de grande volume, sejam enviados com mais antecedência para que possamos fazer uma análise mais pormenorizada dos documentos para poder ter uma posição a favor ou contra". -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: "Abstive-me porque como é um volume muito grande, não tive tempo de análise, concordando com o Padrão, vou analisar outra vez e depois darei o meu voto". -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação do relatório de avaliação – conjunto de prédios urbanos sítos na Avenida Carvalho Araújo, em Vila Real, propriedade do Município e aprovação de venda em hasta pública.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Muitos dos membros que estão nesta Assembleia e estavam no anterior mandato, já deliberaram uma vez a mesma coisa, só que a Câmara não procedeu à venda em hasta pública. Passou o tempo de validade do relatório de avaliação, portanto, tivemos que pedir uma nova avaliação que apresenta um preço de 1.344.000,00 euros, não é muito superior ao que era em 2017/18, mas é superior. Volto a repetir, aquilo que disse na altura, isto é propriedade do Município de Vimioso na sequência de, na década de oitenta da transferência das chamadas escolas primárias, da competência do Governo, para os Municípios. Com a escola primária de Carção veio também a cantina de Carção e todo o

 4  
Aristides

património que pertencia à cantina de Carção que tinha sido doado por beneméritos de Carção, penso que David dos Santos e António dos Santos. Aquilo era uma espécie de fundação, que era, com o resultado das rendas deste património poder ajudar as crianças de Carção que estavam a estudar e tinham dificuldades financeiras, para se vestir, alimentar e tudo mais. A primeira cantina escolar no Distrito de Bragança, foi em Carção. A Câmara não tem capacidade financeira para recuperar estes prédios que estão alugados a preços do aluguer que já vinha antes de quando isto foi feito, e as atualizações normais. O rendimento é diminuto, mas está a precisar de muita intervenção. Não a parte comercial, porque os comerciantes aí vão fazendo algumas intervenções, mas toda a outra parte residencial. Vamos promover a venda em hasta pública. Estou convencido que haverá interessados e o meu compromisso, que fique aqui bem expresso e publicamente, que após a venda em hasta pública, será criada uma conta específica onde estará este dinheiro. Enquanto eu for Presidente da Câmara, este dinheiro, todos os cêntimos serão gastos e investidos na freguesia de Carção. O primeiro objetivo é, e já temos financiamento para as residências autónomas, não temos financiamento por exemplo para o mobiliário, se tivermos aqui dinheiro podemos utilizá-lo, para benefício de algumas pessoas de Carção. Se lá ficarem, mas é para benefício das pessoas mais necessitadas, neste caso são as pessoas com deficiência. Estamos também a terminar o projeto para que a escola primária seja transformada num centro de atividades de apoio à deficiência, chamado CACI. Se tivermos dinheiro, esperamos que haja interessados em comprar, podemos lançar imediatamente o concurso desse CACI, porque o dinheiro vai ser todo investido em Carção e na recuperação da escola que era aquilo que os beneméritos tinham. Se o dinheiro não se gastar todo, enquanto eu for Presidente da Câmara, ele ficará na tal conta e, obviamente, se um dia a instituição vier a precisar, se o funcionamento do CACI das residências autónomas, aí têm um “fundo de manei” que permita socorrer as necessidades. Fizemos um conjunto de protocolos com várias entidades, foram absolutamente fundamentais, basta ver na candidatura, para aprovação da mesma, tivemos a pontuação máxima nessa vertente dos protocolos com entidades. Foi bom porque vimos a candidatura aprovada, sem essa pontuação poderia ser aprovada sem financiamento, porque há outras candidaturas que não têm tantos pontos e o dinheiro é para as que têm mais pontos.

Dizer-vos, temos um protocolo com a APADI, que está disponível, uma vez que trabalha nesta área, para gerir, quer as residências autónomas quer o CACI. Obviamente que terá que se fazer um novo protocolo quando as obras estiverem finalizadas. Também já fomos contactados pela ASCUT, telefonicamente e pessoalmente, no sentido que também estão disponíveis. Mas se houver instituições, em Carção, que queiram gerir aquele espaço, daremos prioridade a essas instituições. Não havendo, podem criar uma instituição de raiz para o efeito ou a instituição, Lar Nossa Senhora das Graças, no seu objeto poder fazer este tipo de trabalho, se assim o entender. Daremos sempre prioridade às instituições de Carção. Não havendo, é evidente que não é a Câmara que vai gerir uma residência autónoma e um CACI. Não havendo, temos interessados, quer a APADI ou a ASCUT, eu percebo porquê, porque criam aqui escala, sabem que o financiamento da Segurança Social que têm instituições para pessoas com deficiência, cada utente é muito mais financiado que, por exemplo, um idoso num lar de idosos. As próprias instituições, ganhando escala, ou têm escala ou têm muita dificuldade financeira, porque, às vezes, o ter vinte utentes ou ter trinta quase precisa dos mesmos funcionários. Há condições que têm que cumprir a nível de valências e de rácios, e há instituições que se aumentarem o seu rácio de utentes, poderão ter aqui uma gestão financeira mais fácil. Que fique claro, enquanto eu for Presidente, este é um compromisso solene de que, nenhum cêntimo da venda em hasta pública será investido a não ser na freguesia de Carção". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Carção, Daniel Tomé Ramos. Disse: "A minha palavra, que não podia deixar de a tomar neste ponto, é de agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo, pelo compromisso mais uma vez aqui assumido, com a certeza que esta obra terá grande impacto no futuro da nossa localidade. Um agradecimento da minha parte pessoal e de toda a localidade". -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e votação da Alteração n.º 13 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 5 e Alteração Modifi-**



**cativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 5 para o ano financeiro de 2023. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Só para explicar o pedido de autorização deste ponto. Tivemos uma reunião de Câmara Extraordinária, para aprovar este ponto para trazer à Assembleia Municipal, que traz uma alteração ao PPI onde se cria uma nova rubrica, tem a ver com o BUPI. O nosso BUPI, a partir de amanhã, fechava, seria o último dia. Entretanto a coordenadora do BUPI fez-me chegar um ofício a dizer que há financiamento para o BUPI, através do PRR, com efeitos a partir do dia 1 de julho. Havendo a garantia do financiamento, e desta vez até é melhor, que se assim sendo e não temos motivos para duvidar do que nos dizem, porque já há um despacho do membro do Governo, a transferir dez milhões de euros. Cinco milhões para o Norte e cinco milhões para o Centro. O que estivemos a fazer, nesta reunião de Câmara que terminou antes de irmos para aqui, foi exatamente aprovarmos a declaração de interesse público em continuar com o contrato com a empresa que, neste momento, está a trabalhar para o Município e que ganhou o concurso público, porque ainda não se esgotou a verba que está contratualizada. Mas, se o contrato terminava no dia 30, terminava. Desde o dia 15 de junho até amanhã não é financiado. Estes quinze dias é tudo suportado pela Câmara porque a candidatura terminou a 16 de junho. Na candidatura que existia, pagávamos os 15% da comparticipação Nacional, a candidatura só financiava 85%. Havendo esta possibilidade, temos que fazer uma alteração ao PPI que traz uma alteração ao Orçamento da Receita, vamos tirar dinheiros de uns sítios para pôr na nova rubrica que é a do BUPI, porque vamos estudar juridicamente para ver se é possível fazer um ajuste direto com a empresa. Se for possível, fá-lo-emos, se não for possível, temos que abrir novo concurso público. Entretanto, temos o mês de julho, mas tem que ser rápido, se tivermos a informação jurídica que é possível fazermos um ajuste direto, é muito rápido, caso contrário, temos que abrir concurso público. Mas só podemos abrir concurso público, se tivermos a rubrica em orçamento por isso é que solicitamos ao Senhor Presidente a introdução deste novo ponto. Apenas referir, no documento na última página, na coluna mais larga a começar da esquerda, tem, “outros trabalhos especializados: aquisição de serviços para a implementação do sistema de informação cadastral simplificado no concelho de Vimioso”. Tem

  
Cristóvão

36.200,00 euros para 2023, e tem 86.900,00 euros para 2024, com o IVA. É exatamente o valor daquilo que foi contratado e terminava amanhã com a empresa que foi feito o concurso. Tivemos que ir buscar dinheiro a outras rubricas, por isso que há uma alteração no orçamento da Despesa. Quando tivermos o financiamento voltamos a pôr o dinheiro nas rubricas, se for necessário. Vamos ver se é possível que segunda-feira o BUPI se mantenha aberto, por aquilo que foi hoje definido na reunião de Câmara, com uma adenda ao contrato e que possamos, ou fazer ajuste direto ou lançar concurso público, para que, daqui a um mês ou quarenta dias, que é o máximo da adenda do contrato, pode ser menos, se se esgotar a verba que está definida no compromisso que são cerca de sete mil euros". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove) – Outros assuntos de Interesse para o Município.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, José Manuel Alves Ventura. Disse: "Trago aqui dois ou três pontos que são de grande importância, principalmente para Vimioso e as povoações que são abastecidas pela água dos nossos açudes. É pena que a maior parte do pessoal desta Assembleia não conheça a realidade dos açudes que existem no rio Angueira, desde a estação elevatória da ETA de Caçarelhos até São Joanico. Há cerca de 20/30 anos, a Câmara pouco ou nada fez por isto. O Senhor Presidente sabe da realidade, mas as pessoas não estão a par da situação, que há açudes completamente degradados, completamente assoreados de areias, lixos e outras coisas. O mais grave é que, em certos açudes que vão sendo esvaziados, por causa da falta de água, que, infelizmente, isso acontece. Começam a esvaziar os açudes, a montante até à estação elevatória, e, por vezes, ficam com pouquíssima água ou quase nenhuma. Aquela folhagem que fica nos açudes, ainda o ano passado comprovei isso, no açude de Pena Menina, onde vai ser feita a intervenção, já devia estar a decorrer, não sei o que se passou ali, mas, no entanto, isso não interessa. A folhagem que fica só vendo o cheiro e o estrume que fica depositado no fundo dos açudes. Eu acho que a Câmara, quando os açudes começam a ficar vazios, devia fazer a limpeza pelo

A handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. Rufes', with a small blue symbol above it.

menos dessa folhagem, já não digo em todos, mas pelo menos no poço de captação no rio Angueira. Aquilo é uma vergonha, tudo cheio de lixo, árvores, silvas, toda a espécie de matagal, que aquilo é uma pouca-vergonha. Eu sei que o Senhor Presidente me vai dizer que é muito difícil fazer a limpeza e tal e coisa, que as instituições não dão autorização. Mas vou contar-vos um caso um pouco caricato que aconteceu há dois, três anos. Os verdes, como se costuma chamar, queriam multar uma pessoa, que tem ali uma horta, por andar a limpar uns galhos que iam para cima da horta, precisamente nesse local onde vai ser feito esse açude. Um senhor particular da margem contrária, começou a limpar tudo até ao cimo, cortou tudo, limpou tudo e levou tudo. Essa pessoa pode, no caso de ser uma instituição, a Câmara, para um bem público, se calhar põem entraves e não pode fazer aquilo que necessita. Relativamente à água, ainda bem que o São Pedro mandou vir agora estas pinguinhas, se não era um problema para a altura de verão. Eu sei que o Senhor Presidente me vai dizer que nunca tivemos problemas de água, porque sempre correu nas torneiras, até já temos um camião novo, oferecido pela APA, se for necessário também estão os bombeiros disponíveis com as suas viaturas, cisternas, camiões e essas coisas todas. O Senhor Presidente sabe tão bem como eu, a despesa e o transtorno que isso traz para a Câmara porque eu já andei nesse tipo de serviços e sei a despesa que isso dá. Uma situação foi na aldeia de Argozelo, andei lá dois meses, diariamente, consecutivos, a transportar água para os depósitos. E tem outro contra, dizem, água não falta, no Azibo há muita, no Douro há muita, há várias albufeiras onde podemos ir buscar água. O problema é que a água que vem transportada tem que ir diretamente para a rede e essa água tem que ser devidamente tratada, isso tem que ser feito na rede pública. Tudo bem, ninguém diz o contrário, se calhar Miranda aceita que vão abastecer a rede pública, Bragança aceita que vão abastecer a rede pública, mas se, um dia, há um que não quer, nós ficamos com as calças na mão, como sempre andamos. Estamos sempre a fazer contas, porque o açude de Pena Menina deve chegar para 15 dias, o de Vale Cortiços para 8 dias, o outro de cima tem pouca água, mas vamos vazá-la mais, vamos vazá-la menos, mas, depois, a maior parte dos açudes acabam por secar, os peixes que ali existem desaparece tudo, e isso é muito prejudicial em todos os aspetos. Há outro contra, principalmente aqui em Vimioso, andamos sempre a fazer contas a ver se a água

chega ou não chega. Na questão dos açudes, e o Senhor Presidente sabe, há bastantes que deixam perder a água e outros estão totalmente destruídos. Precisavam de intervenção urgente, pelo menos reparar os que estão destruídos. Ainda o ano passado, num comunicado que saiu precisamente por falta de água, a alertar as pessoas para pouparem água, para consumirem menos e utilizarem a água naquilo que devia ser, nesse comunicado dizia que Vimioso produzia água suficiente para o concelho, a água que passa no rio, o que Vimioso devia fazer era retê-la mais para conseguir que não houvesse problemas de água, pelo menos na parte do lado de cá do rio, que é a parte que o rio Angueira abastece. Não sei se as pessoas sabem, mas do lado de lá do rio a maior parte da água vai do rio Maças, deste lado de cá vai do rio Angueira. Relativamente a isso, não tenho mais nada aqui a referir. Apenas a construção do açude de Pena Menina, que eu acho que as obras foram começadas, pelo menos os acessos, depois aquilo parou, houve um “zum-zum” qualquer que tinha havido uma cheia, mas não me lembro nada disso, depois que o empreiteiro tinha pedido suspensão de prazo, depois, mais tarde, diziam que tinha sido por outras coisas, enfim, eu queria que o Senhor Presidente esclarecesse aqui na Assembleia o que se passa. Ainda em relação à água, aqui há pouco tempo saiu um comunicado, emanado da CTGA, que é a empresa que faz o tratamento da água, relativamente a substâncias nocivas para a saúde, das canalizações que fazem o transporte dentro das habitações para consumo de água, que eram muito prejudiciais e aconselhava as pessoas a ir mudando as redes de água, eu acho que, nesse aspeto, a Câmara também poderia dar o seu exemplo. Aqui há uns tempos atrás, falou-se muito na questão da lusalite, que era prejudicial, que fazia mal e essas coisas todas, houve aqui uma pessoa, que salvo erro até foi o Senhor Presidente, que tinha falado com um especialista nessa matéria e que ele disse que isso pouco ou nada prejudicava a saúde. O que é certo, é que houve um Decreto-Lei, na Assembleia da República, e a Lei saiu cá para fora e na maior parte das localidades foram retiradas as telhas de cobertura dos edifícios, de lusalite. Aqui, não sei se todos conhecem a estação elevatória de Fonfria, na parte a montante existem lá prédios que ainda têm cobertura de lusalite e, um deles, são os estaleiros da Câmara. Toda a água que cai naquelas coberturas vai por ali abaixo para os depósitos da água. As oficinas da Câmara têm telhas de lusalite, há outro prédio particular, talvez

fosse possível convencer a pessoa a mudar a cobertura, que é de lusalite, porque é um edifício com cerca de 200/300 metros quadrados. Isto tudo afeta a água e a sua qualidade, quanto mais contaminada for, pior. É como a questão do rio, quanta menos for a água mais tratamento tem que ter, mais substâncias tem que levar, para que os parâmetros, quando forem feitas as análises, dar tudo certo. Quanto mais substâncias forem injetadas na água, mais nocivo é para a saúde. Tenho conhecimento de pessoas que se queixam quando tomam banho, ardem-lhe os olhos e têm comichão na pele, isso é proveniente das substâncias que usam no tratamento da água. Da questão ainda das tubagens, só queria referir que nós, aqui no concelho, ainda temos condutas em fibrocimento, pelo menos em Argozelo e Vimioso, e as tubagens em fibrocimento, quer queiramos quer não, também é prejudicial, segundo diz a CTGA, só são aprovadas as condutas com certos tipos de materiais. Não sei se sabem, quando há uma rutura, estamos a falar nas tubagens de fibrocimento, o canalizador vai lá para compor, tudo bem, o tubo tem que ser cortado ou com uma rebarbadora ou com uma serra, são milhões de partículas que saem dali e vão entrar para as tubagens, essas partículas vão sair nas nossas torneiras e se não saem, lá ficam, lá vão sendo desgastadas e acabam por sair. Tenho aqui outro caso, que é a ciclovia de Vimioso, que já a intitulam por "ciclo-ovelha", é normal que lhe chamem isso. Na ciclovia, há passagens próprias tanto para viaturas, como para rebanhos, mas é só para passarem de um lado para o outro, não é para transitarem na via sempre que queiram e muito bem lhe apetece. Além disso, é uma pena porque aquilo foi feita com muitos custos da Câmara, foi um grande investimento que se fez ali e foi uma obra muito boa que se fez. Eu vou muitas vezes para lá, a vedação é feita com madeira tratada, essa madeira custa muito dinheiro, o que é certo, é que até carrinhas já lá vão a carregar os paus e levam-nos para onde muito bem lhe apetece. A limpeza da ciclovia quase nunca, ou poucas vezes, desde que eu me lembre, tem sido feita. É uma pena porque as pessoas que frequentam aquilo, falam, deixa a Câmara em maus lençóis e, principalmente, também todas as pessoas que habitam aqui em Vimioso. Relativamente aos rebanhos, andam com rebanhos não só na ciclovia, não sei se os Senhores Deputados sabem, mas o Senhor Presidente sabe tão bem como eu, que a Câmara está a pagar cerca de 30.000,00 euros mensais à Resíduos do Nordeste pelos serviços prestados pela PREZERO,

  
Cristina

na limpeza, desinfeção, limpeza de contentores e tudo isso. Um dos serviços que também há, é a limpeza mecânica, principalmente na avenida. Tenho reparado que, depois de passar o carro da limpeza mecânica, há um rebanho ou outro que vem pela avenida acima, inclusivamente já tem passado no Bairro de São Vicente, não sei se é para mostrar as ovelhas ou se é por uma questão de gozo, o que é muito chato, a Câmara estar a pagar este montante de dinheiro para deixar as vias limpas, depois vem um rebanho e fica completamente sujo. Não era demais, a Câmara avisar as pessoas que têm rebanhos, para evitarem que por ali passassem. Já agora, Senhor Presidente, agradecia-lhe que pelo menos junto das habitações dentro de Vimioso, mandasse limpar as bermas e todo o lixo que lá existe, porque é uma vergonha". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "O problema da água é um problema crónico em Vimioso. Felizmente, nós só em 2017 é que tivemos o problema no Maçãs que nos obrigou a transportar água, como bem disse e participou nisso enquanto trabalhou para a Câmara Municipal, a trazer água de Bragança para os depósitos de Argozelo. Sabe que fizemos projeto para recuperação e alteamento dos açudes, quer na captação em Outeiro, quer no rio Maçãs, quer na captação de Vale de Pena. Inclusivamente, adquirimos terreno e estamos a pedir autorizações há muito tempo à APA, para podermos alargar, onde era um antigo olival de um senhor de Outeiro que foi alagado, para tirar aquela terra e ficar com mais água. A verdade é que, desde 2017 e o ano passado foi um ano de seca, o Maçãs conseguiu aguentar-se para abastecimento das localidades da margem direita do rio Maçãs. O Senhor Presidente da Junta sabe que a água tratada é exclusivamente para uso humano e, se for para uso humano, eu garanto que temos água para uso humano porque é a ERSAR que diz, temos que mandar para a ERSAR a capacidade dos açudes que temos. Fazem uma média ao que cada habitante gasta. Mesmo pondo o dobro da média nacional por habitante em Vimioso, a água chega, segundo as contas deles. Digo-lhes sempre, é mentira, porque em Vimioso, no verão a população triplica, mas eles fazem as contas àquilo que está nos censos. Temos tido o cuidado de alertar as entidades para isso. No Maçãs não alteamos mais porque como sabe, a APA põe os obstáculos do estudo de impacto ambiental, porque, desde que foi feita a barragem do baixo Sabor, todas as intervenções que sejam feitas no rio Sabor no Angueira e no Maçãs, a montante da barra-



gem do baixo Sabor, são muito difíceis. Relativamente ao Angueira, já foram feitas algumas intervenções, no açude de Serapicos, em São Joanico. Sempre que pedimos licenças, o Senhor Presidente da Junta sabe melhor do que eu, como foram construídos os açudes, metade deles não têm ferro, o que me dizem os técnicos é que, se formos desassorear, aquilo pode ir tudo embora quando vier a água. Sabe que já foram feitas intervenções de limpeza em vários açudes, mas a solução passa por fazer um paredão à frente, ter comporta de fundo. O de Pena Menina vai ter que ter uma escada de peixes, só isso é uma exorbitância de dinheiro, mas vai ter que ser feita. Ainda vamos ver se o que está a ser feito na captação do Maçãs, não terá que ter a escada de peixes, porque ainda está a decorrer o estudo da monitorização. Não é fácil intervir no rio Angueira e no rio Maçãs. É por isso mesmo que contamos lançar, em breve, um concurso público para um estudo prévio, para que, no ribeiro do Ramalhal em Angueira, se possa fazer uma represa que permita, em anos de seca, trazer a água diretamente numa conduta para o poço de captação no Angueira. Isto leva o seu tempo. A CIM-TTM, tem estado empenhada, juntamente com as águas do Norte, à qual não pertencemos, por um lado bem por outro mal. Bem porque são eles que têm o dinheiro e fazem os grandes investimentos, mal porque todas as Câmaras que têm contratos têm problemas financeiros, porque são preços leoninos, com as tarifas que eles propõem, a água ficava quatro vezes mais cara em Vimioso. Aquilo que cobramos de água e saneamento às pessoas, e sabe-o bem, não dá para pagar sequer à empresa que trata a água para quanto mais fazer os investimentos. Tem que se aplicar o princípio do consumidor-pagador, se queremos fazer investimentos para ter água, o cliente vai ter que pagar, isso é impossível, as pessoas tinham que pagar a água a preços completamente insuportáveis. Em Pena Menina, é dos açudes que mais água tem, logo a seguir ao poço de captação, fazer ali uma intervenção ali numa altura destas é complicado. O empreiteiro, o ano passado, pediu uma suspensão do prazo até julho deste ano e nós concedemos-lhe até maio. A nossa ideia era que o paredão, em vez de ser mesmo no sítio, fosse 5 ou 6 metros abaixo, provavelmente isso não vai ser possível, vai ter que ser mesmo onde está. Ele só vai poder entrar em obra lá para setembro/outubro. O que queremos é que esse restauro de Pena Menina se faça, ainda estou a conversar com os proprietários por causa do acesso e, já agora, pedia-lhe aju-

  
Audi-clip 5

da, porque antigamente ali havia uma passagem, mas isso a responsabilidade é da Junta de Freguesia. Se era privada como é que a Câmara acedia ao açude? Entretanto a Câmara também já negociou, ainda não se fez a escritura, mas está o entendimento feito e temos a autorização para passar por essa passagem. Há ali vários proprietários com os quais temos que chegar a um acordo porque, depois, temos que ter acesso ao açude. Estamos com cuidado e preocupados nessa questão, estamos a trabalhar todos juntos para ver se a Resíduos do Nordeste, tal como trata o lixo, possa tratar da água desde a captação até à cobrança. Quando digo que se produz água suficiente, é no sentido, se virmos a quantidade de água que temos e a população que temos, segundo os cálculos que existem, é possível. É evidente que as pessoas não gastam água só para consumo humano, sabemos perfeitamente disso, mas para isso é que havia fiscais para ver se as pessoas usavam a água bem ou mal, eu nunca recebi nenhuma informação sobre isto. Relativamente à CTGA, o Senhor Presidente da Junta foi funcionário da Câmara na categoria de fiscal, sabe perfeitamente que as análises da água quando vêm desconformes faz-se uma contra-análise e procura resolver-se o problema. Diria que mais de 98%, a água vem sempre com qualidade para consumo humano, a delegação de saúde faz esse acompanhamento e às vezes, até o faz sem nós sabermos, depois manda os resultados das análises. É evidente se a água é tratada tem que ter produtos, como qualquer medicamento que tem efeitos secundários, eu não sei se a água tem algum efeito secundário, agora que ela está em condições legais para poder ser consumida, está. Se for aos dados do ERSAR e se for ao relatório do ordenamento do território, diz lá claramente que Vimioso fornece água com qualidade. Não significa isto que não haja pontualmente acidentes. Relativamente ao amianto à lusalite, a informação que temos do Engenheiro Poças Martins, provavelmente um dos maiores especialistas em águas do País, que esteve nas águas de Gala e esteve nas águas do Porto, disse isto numa reunião da CIM, "Há condutas de amianto em Inglaterra há anos e ninguém as vai tirar enquanto elas não se destruírem, porque o amianto em contacto com a água não tem problema nenhum para a saúde". Agora, quando me diz que quando há uma fuga que pode haver pequenas partículas, sabe perfeitamente que quando há fugas, nós fazemos sempre purgas significativas para que essas partículas e a água mais turva possa sair. Não há garantia a 100% que isso



acontece. Sempre que isso acontece, substituímos o amianto pelo PVC. Houve um comunicado da CTGA, que muitas vezes nas casas antigas, quando vamos ver as condutas, está tudo cheio de ferrugem, esse ferro é que não é tratado nas condutas. Hoje em dia, os materiais já são diferentes, por isso que se recomenda para não usar o ferro, o cobre, porque esses metais vão-se deteriorando com o decorrer do tempo e trazem propriedades para a água. Aquilo que dizemos, às pessoas, é que, se puderem substituir eles próprios as suas redes internas, que o façam com materiais adequados, neste caso o PVC. É verdade que temos o estaleiro da Câmara que ainda está com telha de amianto, não conseguimos resolver tudo de uma vez, conseguimos resolver o da escola, se houver financiamento, no próximo quadro comunitário para esse tipo de coisas, já temos um projeto aprovado com novas piscinas para essa área, em frente ao campo de futebol, e se tivermos financiamento para isso, esse armazém até iria abaixo. Quanto aos particulares, evidentemente que podemos sensibilizá-los, mas não é fácil. Quanto à ciclovia ou "ciclo-ovelha", nós lançamos um concurso público para prestar serviços de jardinagem e tudo mais, eu penso que a ciclovia está no caderno de encargos, vai ter uma manutenção de limpeza mais permanente. Sabemos perfeitamente que a madeira, no nosso território, aconteceu no PINTA, estamos a substituí-las. Atendendo à natureza dos solos, a madeira acaba por apodrecer e cair. Quando cai, serve para pouca coisa ou quase nada, não sei quais são as carrinhas que lá vão, não sei se, no seu tempo quando era fiscal, também lá iam, mas também não me trouxe comunicação nenhuma que lá iam. Ainda bem que o diz agora, se souber quem é, apresenta-se queixa na GNR de pessoas que estão a recolher aquilo que não é delas. Para evitar as passagens, estamos a pensar pôr uns mecos que impeça isso e vamos tentar recuperar o máximo que pudermos da ciclovia. Sei que as pessoas gostam de passear na ciclovia, se tivermos que fazer uma intervenção maior. Já têm lá andado os bombeiros da equipa de intervenção permanente a fazer alguma manutenção, obviamente que não conseguimos controlar de dia e de noite, as moto quatro, as motas, os tratores, animais e tudo aquilo que ali passa. É completamente impossível, tínhamos que ter um vigilante permanente para fazer isso. Quanto aos rebanhos, temos que falar com a GNR, não sei se, legalmente, eles podem atravessar as zonas urbanas ou não. A verdade é que há rebanhos em Vimioso que o fazem e, muitas vezes, andam na zona urbana,

*Dist. Alf. J*

às vezes até andam em propriedades que são do Município. Gostava, depois, que me fizesse chegar, por escrito, até pode ser à mão, quais são as ruas mais sujas para mandar limpar, se a Junta de Freguesia pudesse colaborar, isso era excelente, nas aldeias, as Juntas de Freguesia também colaboram na limpeza das ruas. Está, agora, em audiência prévia o novo concurso da recolha do lixo e da varredura, mais ruas vão estar enquadradas na varredura e na limpeza do que aquelas que estão neste momento, mas aquilo que está no contrato a empresa vai cumprindo com as suas obrigações. Não sei se consegui responder a tudo, mas a questão da água é a questão mais problemática, mas, como lhe digo, pensamos, em breve, lançar um concurso para fazer uma represa em Angueira, temos indicações que há a possibilidade, porque a CIM mandou fazer um estudo sobre o potencial hidroagrícola da região e uma das regiões que é apontada, para poder ter água, é essa. A primeira prioridade é o consumo humano. Quanto à limpeza do rio, toda a gente sabe que a margem do rio tem o domínio hídrico, mas é propriedade dos privados, não é da Câmara. A Câmara não tem ali nada, sempre que queremos intervir, temos que pedir autorização aos privados. Os privados quando intervêm também têm que licenciar essas limpezas. O nosso Engenheiro Florestal tem colaborado com algumas Juntas de Freguesia para elaborar os pedidos para limpeza de algumas dessas margens, se calhar até se limpa demais do aquilo que se devia limpar. A questão das limpezas dos açudes, nós procuramos limpar. O poço de captação do Angueira tem comporta e, no inverno, abrimos as comportas para limpar. Temos a informação, por parte do Professor Amílcar do IPB, quanto mais vegetação houver nas margens do rio, melhor é a qualidade da água desse rio. Agradeço os contributos e as questões colocadas porque são pertinentes. Estamos a tomar atenção em algumas delas, obviamente que estas questões levam o seu tempo a ser resolvidas". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, José Manuel Alves Ventura. Disse: "Quando falei na questão da limpeza da folhagem, era precisamente quando os açudes já se encontram praticamente vazios, era bom retirar aquela folhagem que fica tudo podre. Relativamente aos cálculos da água, isso é pura mentira, como o Senhor Presidente disse, eles não conhecem a realidade, não conhecem a água que há, para quanto tempo dá para quanto não dá. Uma coisa é saberem a realidade, outra coisa é estar

sentado no gabinete a fazer cálculos. Relativamente às análises, não sei se agora já mudaram o esquema que eles tinham, era bom que, quando a colheita da água é feita, que se fizesse nos extremos da rede, que é onde tem mais problemas a água, eles geralmente, é sempre nos mesmos pontos que fazem a colheita da água para análise, não deveria ser assim. Por acaso nunca reclamei nada porque era suspeito, uma vez que era fiscal na Câmara. Relativamente à ciclovia, não sou eu que tenho que informar. Há pessoas da sua confiança que sabem aquilo que se passa lá. Quando era fiscal informava quem devia ser, mas quem devia ser ficava calado e estava-se marimbando. No lameiro do Liberal, quase todos os anos, vão lá cortar os freixos, levam o grosso e deixam lá o lixo junto à ciclovia". -----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara: "Só referir que até ao dia 1 de março, o Senhor José Manuel também era uma pessoa responsável. Eu estou a ter conhecimento disso agora e o que agradeço é que, quando conhecerem situações assim reportem-nas". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Santulhão. Disse: "Só queria agradecer as palavras do Senhor Deputado Manuel Oliveira, em relação à "Feira do Azeite e Oliveira Santulhana", agradecer a presença de quem teve a oportunidade de estar, espero que tenham gostado todos e, por último, agradecer a colaboração da Câmara, porque sem a colaboração da Câmara, dos funcionários da Câmara, sem a boa vontade e disponibilidade de todos teria sido muito difícil organizar o evento como organizamos. Naturalmente, sou suspeito, penso que correu bem, mas para fazer essa avaliação serão todos os que estiveram presentes, que poderão concordar ou não com esta avaliação". -

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Oliveira. Disse: "Como veio aqui à baila a limpeza dos açudes, só queria fazer a pergunta a ver se o açude do rio Maças já terá sido limpo, aquelas silvas, aquela erva seca. Já uns dias que não vou por ali, se foi limpo, parabéns. Se ainda não foi feita nenhuma intervenção, era bom que mandassem fazer, porque o pessoal de Argozelo, Outubro vão para lá passar as tardes, era bom que aquilo estivesse limpo. Se já foi feito, agradecer e louvar, se não, mandar fazer, nesta época banhar". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Sobre o Senhor Presidente da Junta de Santulhão, é uma obrigação da Câmara colaborar em todos os eventos que se fazem no concelho. Quanto ao Senhor Manuel

Oliveira, a informação que tenho é que terá sido limpo ontem, a Junta de Freguesia tem alguma participação nisso. Vai ser colocada uma placa a dizer que aquilo não é praia balnear nenhuma e nós não assumimos qualquer responsabilidade por qualquer coisa que ali aconteça. Sei que as pessoas vão para lá, mas vão por sua conta e risco. Houve uma altura que estava licenciado para praia balnear, mas isso implica ter o controlo da água, obriga a algumas infra-estruturas que nós não podemos garantir". -----

----- Ponto Três) PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Sérgio Augusto Pinho

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

António Dias

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

Gracinda Pardeno Rodrigues